

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 6 - 2022

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

CAPA

Desdobramento da decoração do «ídolo» cilíndrico oculado da Herdade da Cariola. Desenho Guida Casella a partir de fotos VSG.

COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2022

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2022

EDIÇÃO

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa 1600-214 Lisboa.

www.uniarq.netwww.ophiussa.letras.ulisboa.ptuniarq@letras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996). O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads & tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3rd millennium BC</i> ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zooesfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum de Italica. Campaña arqueológica 2016/2017</i> SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247

A importação de ânforas do Tipo *Urceus* em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira

The import of *Urceus* Type amphoras in Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira

JOÃO PIMENTA¹

Museu Nacional de Arqueologia
UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa
joao.pimenta.marques@gmail.com
orcid.org/0000-0001-5149-5566

HENRIQUE MENDES

Câmara Municipal de Santarém.
henrique.mendes@cm-santarem.pt
orcid.org/0000-0002-7446-1104

RESUMO: O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos é uma fundação de raiz, datada dos momentos finais do período romano republicano. Recentes trabalhos de escavação revelaram uma importante fase de renovação urbanística do sítio, com cronologias de inícios do Principado de Augusto, revelando um inegável cariz urbano. Tendo como intuito a publicação sistemática do conjunto de evidências materiais associados a este conjunto urbanístico, pretende-se com este trabalho iniciar o estudo do conjunto de ânforas exumadas, apresentando o conjunto de contentores de fundo plano do Tipo *Urceus*.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento; Urbanismo; Romano; Economia; Ânforas.

ABSTRACT: The archeological site of Monte dos Castelinhos corresponds to a foundation from scratch, dating from the final moments of the roman republican period. Recent excavation work has revealed an important phase of urban renewal at the site, with chronologies of the beginnings of the Principality of Augustus, revealing an undeniable urban character. With the aim of systematically publishing the set of material evidence associated with this urban set, we intend with this work to start the study of the group of amphorae, presenting the flat-bottomed amphorae of the *Urceus* Type.

KEYWORDS: Settlement; Urbanism; Roman; Economy; Amphoras.

¹ Artigo redigido conforme o acordo ortográfico posterior a 1990.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos (CNS 3923) localiza-se na propriedade privada de Quinta da Marquesa, no extremo norte do Concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa, Portugal (Fig. 1). Desenvolve-se num vasto cabeço, com uma cota máxima de 88 metros situando-se de forma protuberante sobre a margem direita dos rios Grande da Pipa e Tejo.

As invulgares características de implantação na paisagem fazem com que este amplo morro tenha sido a opção para a implantação de uma fundação *ex novo* no contexto da conquista romana assumindo uma posição geoestratégia de controlo de uma zona de fronteira natural na península de Lisboa e baixo-Tejo (Pimenta - Mendes 2014) (Fig. 2).



FIG. 1 Localização de Monte dos Castelinhos, na península Ibérica em geral e no baixo Tejo em particular.

Apesar de existirem referências antigas ao sítio e suas antigas ocupações, os primeiros trabalhos de recolha sistemática de materiais arqueológicos nesta estação devem-se a Hipólito Cabaço realizados em meados dos anos trinta do século XX (Pereira 1970). No final dos anos oitenta, no decorrer do gizar da primeira Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, Monte dos Castelinhos foi inventariado como um local de habitat com longa diacronia de ocupação, iniciando-se no Calcolítico e mantendo-se até ao período Medieval. Foi então descrito como um “vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis (...)” (Parreira 1990: 82).

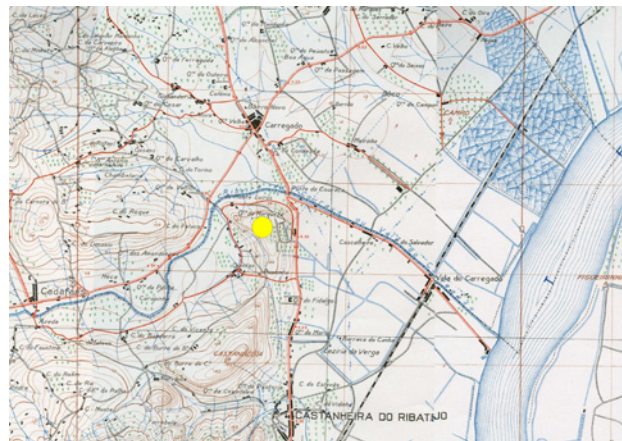


FIG. 2 Localização de Monte dos Castelinhos na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 390, datada de 1941.

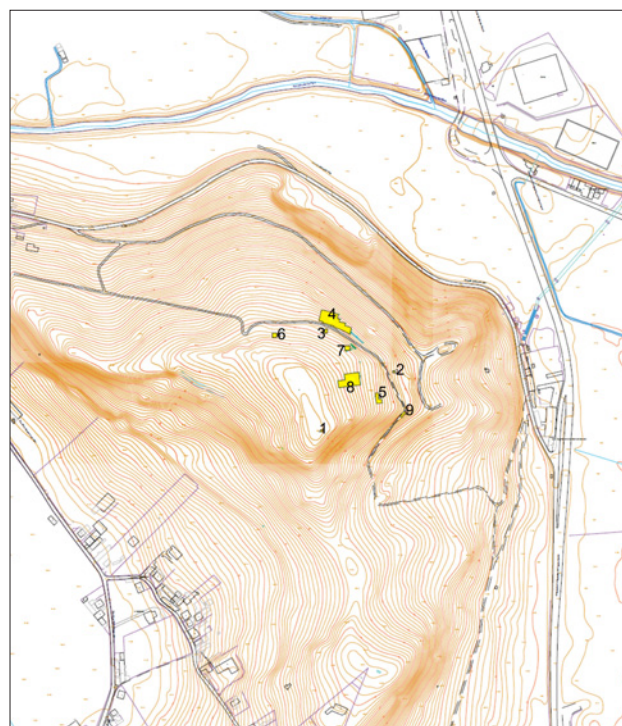


FIG. 3 Levantamento topográfico de Monte dos Castelinhos, com a localização das áreas de Sondagens realizadas.

A presente investigação no local insere-se num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE), tendo este como objetivo central o estudo das dinâmicas de implantação romana em que o sítio se insere de forma a melhor entender a sua fundação e diacronias de ocupação/abandono.

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008 permitem descortinar as potencialidades científicas, patrimoniais e museológicas desta estação arqueológica (Fig. 3). Tendo o desenrolar do seu estudo e divulgação

revelado que este é um sítio singular para o estudo do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo Ocidente peninsular (Pimenta 2013).

2. OCUPAÇÃO DE MONTE DOS CASTELINHOS DURANTE O PRINCIPADO

O conhecimento de que dispomos sobre o sítio e suas dinâmicas de ocupação permite reconhecer uma vasta área urbanizada que se estende por mais de 10 hectares (Pimenta – Mendes – Norton 2008).

Decorridos doze anos de investigação, podemos afirmar que em meados do século I a.C. se assistiu à construção de raiz de um estabelecimento de dimensões significativas, numa área de grande valor de domínio territorial. Situado a meio caminho, entre os dois principais núcleos do vale do Tejo (*Olisipo* e *Scallabis*), Monte dos Castelinhos controlava a transiabilidade do baixo-Tejo, as principais vias de comunicação da península de Lisboa e o acesso ao Alentejo através do vale do rio Sorraia (Pimenta 2013; Pimenta – Mendes 2019) (Figs. 1 e 4).

Esta localização foi escolhida após o conflito sertoriano (80-72 a.C.), no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no Ocidente (Fabião

1998: 288). Com efeito, são conhecidos diversos povoados fortificados na área próxima a Monte dos Castelinhos que foram abandonados nesta fase, aos que se somam dois entesouramentos deste período, sintoma da instabilidade generalizada naqueles momentos (Ruivo 1997).

Tendo em conta as características do seu sistema defensivo, a implantação de um urbanismo regular de cariz hipodâmico, o padrão de romanização presente nas suas técnicas construtivas, os materiais cerâmicos e metálicos exógenos, incluindo a forte presença de armamento e *militaria*, supõe-se que na sua génese Castelinhos se tenha assumido como uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação (Pimenta – Mendes 2021). enquadrando-se a cronologia da sua fundação entre o fim do conflito sertoriano (72 a.C.) e a presença de Júlio César na província da Ulterior como propretor (60-61 a.C.) (Pimenta 2015).

Porém, ficou claro que a ocupação do sítio se teria prolongado para lá do período Romano Republicano, continuando ao longo do Principado. Em concreto, o estudo das coleções de materiais resultantes das extensas prospeções aí efetuadas, quer nos anos oitenta, quer mais recentemente em 2008, deixavam antever uma ocupação que se prolongaria, pelo



FIG. 4 Fotografia aérea do Monte dos Castelinhos.

menos, até ao período flaviano (Pimenta – Mendes – Norton 2008; Silva 2012; Pimenta 2015).

As últimas campanhas arqueológicas no sítio incidiram numa nova área de Sondagem, a n.º 8 (ver Fig. 3). Esta leitura permitiu uma perceção mais clara do sítio e das suas ocupações posteriores às fases romanas republicanas. Os trabalhos que aí temos vindo a desenvolver permitiram revelar um novo desenho urbano correspondendo ao que denominamos como Fase 3. Esta nova planimetria está materializada na construção de um novo traçado de ruas e de habitações datado de início do Principado de Augusto. Estas evidências permitem-nos destacar que o sítio não só continuou a existir, após a fase de abandono datada do final do período romano republicano, mas



FIG. 5 Planta simplificada da Fase 3 da área de Sondagem n.º 8.

que foi considerado suficientemente relevante para ser dotado de um novo projeto urbanístico (Pimenta – Mendes 2018). Esta descoberta veio relançar a discussão em torno da localização da *lerabriga* mencionada nas fontes clássicas nomeadamente no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu, considerando-se a sua provável identificação com esta estação arqueológica (Pimenta – Mendes 2012: p. 61).

As novas evidências detetadas na Sondagem 8 sobrepõem-se ao urbanismo tardo-republicano, anulando-o, e ainda que conservem genericamente as orientações reestruturam de forma distinta o espaço. Tendo em conta os vestígios colocados a descoberto, podemos distinguir claramente três edifícios (Fig. 5), separados por um arruamento com 6,60 m de largura (ambiente 40). Ainda que não seja claro, é plausível que o Ambiente 44 possa corresponder a outra área de rua cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto. O cuidado que detetámos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, a par de um pórtico com colunas no lado Sul, revela um cariz urbano que, até ao momento não havia sido identificado na fase republicana (Figs. 6 e 7).

Ainda que o estudo global das associações cerâmicas e metálicas se encontre em fase de estudo, a análise dos artefactos recuperados (numismas, *terra sigillata* de tipo itálico, cerâmicas de paredes finas, lucernas e um vasto conjunto de ânforas), permite atribuir a sua construção aos inícios do Principado de Augusto (Pimenta – Mendes 2018; Pereira – Pimenta – Mendes 2021; Conejo Delgado – Pimenta no prelo).

Nos ambientes escavados até ao momento recolheram-se espólios coerentes sobre os seus pavimentos. Destaque-se aqui a omnipresença de *terra sigillata* itálica, estando presente as formas 11, 12 e 18 do *Conspectus*, um grande fundo de pátera com pé da Forma B 1.7 (Ettlinger *et al.* 1990) e um pequeno fragmento de fundo com marca. Este tem a marca NAEVIVS, gravada numa cartela quadrangular, com paralelos em OCK.1231. Esta marca atribui-se às oficinas de Pisa/Lyon e está datada entre 1 e 20 d.C. (Oxé – Comfort – Kenrick 2000: 296). Nestes níveis encontra-se igualmente bem representado a presença de cerâmicas cinzentas imitando os serviços de verniz negro do tipo Campaniense e de *terra sigillata*, assim como fragmentos de



FIG. 6 Pormenor da fachada dos edifícios da Fase 3 com o pórtico de colunas, sendo visível mais à esquerda a parede que vem posteriormente encerrar este espaço.

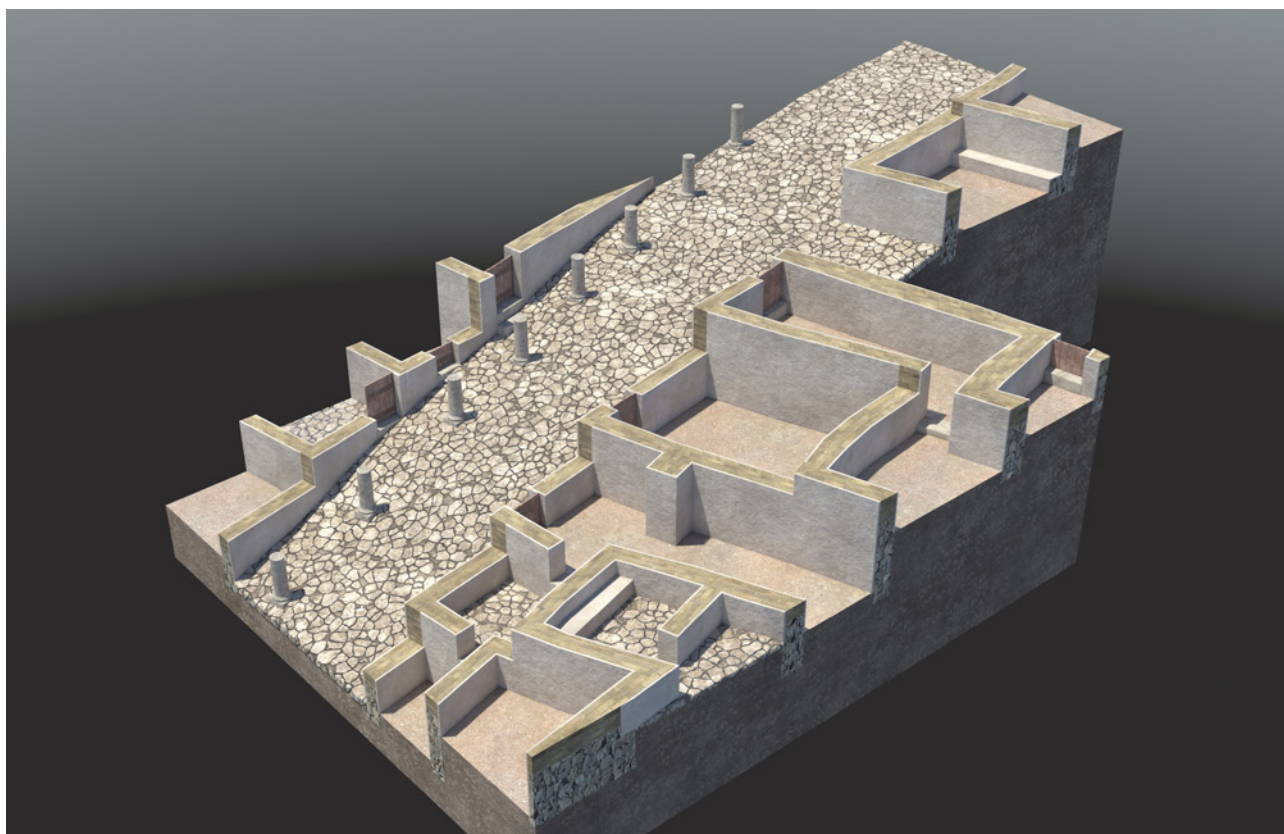


FIG. 7 Reconstituição axonométrica do conjunto arquitetónico da Sondagem 8, primeira fase da rua de Monte dos Castelinhos. Desenho César Figueiredo.

cerâmica Campaniense B, nomeadamente dois bocais de Lamboglia 3.

A fase 4 corresponde a uma ampla remodelação do urbanismo augustano. Este materializa-se na eliminação do pórtico lateral da rua, tendo sido desmontado e substituído por uma parede que fechou o espaço antes ocupado pela colunata (Fig. 8). A rua é reorganizada, alvo de um aterro para a regularização sendo repavimentada com um lajeado de boa qualidade (Fig. 9). O estudo dos abundantes materiais recolhidos nestes níveis de aterro, U.E.s [405] e [442], apontam para uma cronologia augustana tardia ou já tiberiana, sustentada num vasto conjunto de *terra sigillata* itálica, de lucernas, cerâmica de paredes finas, de ânforas e de numismas.

De acordo com as leituras estratigráficas, este conjunto de cariz urbano, acaba por ser precocemente abandonado ainda durante o século I d.C. Não é ainda possível determinar se este fenómeno foi, ou não, programado pois nos níveis superficiais não foram registados derrubes dos telhados ou colapsos que possamos atribuir a destruições deliberadas. Apesar disso, considerando os artefactos mais recentes, podemos situar com alguma segurança o momento de abandono deste urbanismo na fase final da dinastia dos Júlio-Cláudios. A informação recolhida nos níveis de derrube e abandono destas estruturas é assaz abundante. Entre as cerâmicas finas destaca-se a presença esmagadora de *terra sigillata* itálica, equivalendo a 90% do conjunto das cerâmicas do tipo *sigillatas*, com uma panóplia diversificada das formas Consp. 2, 4, 12, 14, 18, 19, 20 e 22. Destacando-se diversos fragmentos de um cálice da forma Conspectus R10 com uma cronologia Tiberiana (Ettlinger *et al.* 1990). Um dos elementos mais assertivos para a atribuição desta cronologia é a presença de *terra sigillata* Sudgálica (10% do conjunto da *terra sigillata*), nomeadamente das formas Drag. 15/17, 18/31, 24/25, 27 e 30, a par da importação de cerâmica de paredes finas de produção bética com decoração arenosa da forma Mayet XXXVI e da presença de numismas das emissões tiberianas de *Augusta Emerita*. Pela negativa podemos ainda aduzir, como elemento com pertinência cronológica a inexistência de qualquer elemento de *terra sigillata* hispânica. Face a esses elementos, situamos o final da ocupação do sítio no final daquela dinastia, concretamente entre 40/60 d.C. (Pereira – Pimenta – Mendes 2021; Conejo Delgado – Pimenta no prelo).



FIG. 8 Planta simplificada da Fase 4 da área de Sondagem n.º 8. Verificando-se o encerramento do pórtico e a privatização desse espaço.

3. O CONJUNTO DE ÂNFORAS

Tendo como intuito a publicação sistemática do conjunto de evidências materiais associados a este conjunto urbanístico, pretende-se com este trabalho iniciar o estudo do conjunto de ânforas exumadas.

A amostragem de ânforas recolhidas em Monte dos Castelinhos é assaz volumosa ascendendo a várias dezenas de milhares de fragmentos. O número de fragmentos que possibilita um enquadramento a nível tipológico e assim uma classificação, correspondem a 2120, equivalendo a um NMI de 1010 indivíduos (ver Fig. 10). Convertendo assim, este volume de



FIG. 9 Vista geral da área da área de Sondagem N.º 8 e do conjunto urbanístico do Principado.

informação, numa amostragem assaz expressiva, em termos numéricos e estatísticos, que merece ser valorizada por se encontrar bem contextualizada e inserida em espaços arquitetónicos bem individualizados.

Esta extensa amostragem incorpora a totalidade do conjunto de ânforas recolhidas no sítio, correspondendo às campanhas anuais de 2008 a 2019. Engloba assim, distintos contextos estratigráficos que assinalam/correspondem várias fases urbanísticas, coincidentes com a diacronia do sítio, abarcando as duas fases tardo republicanas com um claro fácies militar e os já extensos níveis do Principado, de características urbanas detetados na Sondagem 8 (Pimenta – Mendes 2018). Da análise global do conjunto, ressalta o franco domínio das importações de produtos alimentares provenientes do território da vizinha província da *Ulterior/Baetica*, nomeadamente da área da baía Gaditana/costa Sudoeste equivalendo a 26% e do vale do Guadalquivir correspondendo a 54%. Esta forte relação interprovincial será uma constante que se mantém ao longo da diacronia do sítio e que denota uma forte ligação do baixo Tejo com o Sul peninsular, equivalendo a 80% da totalidade dos materiais. Tivemos já oportunidade de apresentar e publicar de forma circunstanciada o conjunto de ânforas romano

republicanas do sítio (Pimenta 2017; 2022: Pimenta – Mendes no prelo). Tendo presente o objetivo e enquadramento deste estudo, optámos por restringir a nossa análise do conjunto de importações de ânforas a um tipo específico de contentor, aquelas do tipo *Urceus*. Deixa-se assim, para futuros trabalhos o estudo circunstanciado do restante conjunto inserido em cronologias do Principado.

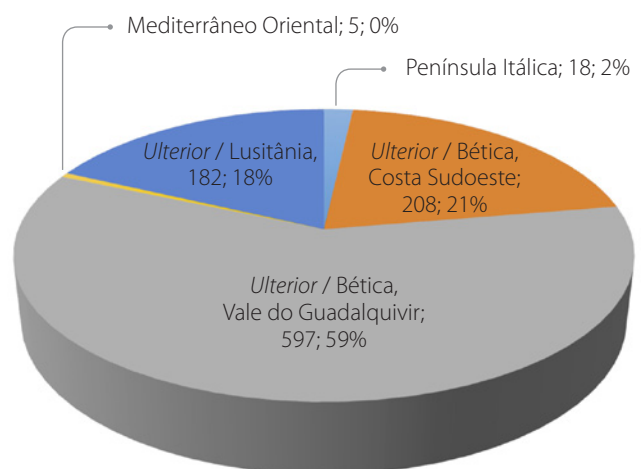


FIG. 10 Gráfico de síntese da totalidade das ânforas presentes em Monte dos Castelinhos - Campanhas de 2008 a 2019.

3.1. As ânforas Tipo *Urceus*

Nos últimos anos foi reconhecido uma produção de ânforas béticas de reduzidas dimensões que foram batizadas de forma feliz como tipo *Urceus* precisamente pela sua similitude com as pequenas jarras homónimas (Morais 2007). Este característico tipo de contentor foi individualizado por Rui Morais, partindo das suas pertinentes observações em torno do conjunto de ânforas importadas recolhidas nas escavações de *Bracara Augusta* (Morais 2005: 101), no Aljube (Porto), Monte Castelo (Matosinhos), no Castro de Vigo (Galiza), assim como no Castelo da Lousa (Mourão) (Morais 2007; 2010).

A publicação dos resultados da intervenção arqueológica do naufrágio Sud-Perduto 2, localizado no estreito do Bonifácio, entre a Córsega e a Sardenha, veio aduzir novos dados a esta proposta, tendo-se recolhido diversos exemplares completos atribuíveis a esta morfologia (Bernard 2008) (ver Fig. 11). O carregamento do navio era composto por ânforas Dressel 7 e 9, Haltern 70, Oberaden 83 Longarina 3 e ânforas de fundo plano, identificadas posteriormente por Morais como do tipo *Urceus*. Com base na análise do material publicado, foi proposta uma divisão desta forma em três subtipos (Morais 2008: Fig. 2). Mais recentemente, a problemática das produções do Tipo *Urceus* foi alvo de ponderação, tendo sido redefinidas as características dos três subtipos e a sua distinção com a forma Dressel 28 (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: 248-252).

Morfologicamente, este tipo de ânfora evidencia pequena dimensão, com alturas em torno dos 50 centímetros, capacidade máxima entre os 2,81 e os 3,31 litros, caracterizando-se por um fundo plano com a base elevada, um corpo ovalado, exibindo por vezes uma carena na metade superior do bojo, um colo curto, reto ou bitroncocónico, asas de perfil em arco, e bocais ligeiramente virados para o exterior (Morais 2008: 268-269; 2016; García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: 248-250; Filipe 2019: 387).

A sua produção ainda que não atestada de forma contundente em nenhum centro oleiro, encontra-se atribuída tanto à costa da província da Bética, nomeadamente à baía gaditana, como ao vale do Guadalquivir (Morais 2008: 269; Bernal Casasola – Lavado Florido 2011: 10). A cronologia de produção e circulação destes contentores está bem estabelecida, tendo

em conta os dados de diversos centros de consumo. Parece assim, encontrar-se bem enquadrada entre o início do Principado de Augusto até meados do século I d.C. (Morais 2016).

Em relação ao conteúdo transportado, a sua morfologia ovalada e em particular o seu fundo plano, normalmente associado aos contentores vinícolas levou a que fosse estabelecido uma analogia formal com os característicos contentores Gauleses e assim proposto o mesmo conteúdo, o transporte de vinho (Morais 2007: 403). Os resultados de análises químicas por cromatografia de gases realizados sobre exemplares encontrados no naufrágio de Esposende, permitiu corroborar a proposta de transporte de vinho adoçado artificialmente com mel, *Mulsum* (Morais 2013: 315; Oliveira *et al.* 2013; Oliveira – Morais – Araújo 2015).

A definição deste tipo de ânforas tem permitido nos últimos anos atestar a sua ampla comercialização e difusão ao longo da fachada atlântica, onde se encontra particularmente bem representada no noroeste peninsular e nos acampamentos militares da *Germania* (Filipe 2019: 388-389; Almeida – González Cesteros 2017). No vale do Tejo a sua presença tem vindo a ser assinalada, na Alcáçova de Santarém (Almeida 2008: 204-205) e em diversas intervenções na cidade de *Olisipo* (Filipe 2015; 2019; Silva 2018).

Entre o conjunto de ânforas recolhidas nos contextos do Principado de Monte dos Castelinhos, associados às duas fases do urbanismo detetados na área de Sondagem n.º 8, identificaram-se 21 fragmentos de bordo, 14 asas, 5 fragmentos de colo e 8 fundos de ânforas do Tipo *Urceus* importadas da Bética. Totalizando 48 fragmentos classificáveis o que representa 4,3% do total da amostragem, tendo em conta o número de fragmentos de ânforas, e um NMI de 21 o que equivale a 4,2 do total das ânforas recolhidas nestes níveis tendo em conta a análise por NMI.

Através de análise macroscópica identificam-se dois grupos de fabrico distintos que parecem corresponder a duas macrorregiões distintas:

Grupo 1

Pasta de matriz calcária, com cozedura oxidante. Apresenta-se muito compacta, dura, áspera ao tato e pouco depurada. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos pela peça, sendo normalmente constituídos por elementos de quartzo,

inclusões negras (xisto?) e escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. A tonalidade da pasta varia entre o castanho (Muns. 5 YR 6/4) e o castanho alaranjado, (Muns. 7.5 YR 5/4). A superfície externa evidencia a aplicação de uma aguada de tom próximo da pasta.

Identificamos este grupo de fabrico como proveniente do vale do baixo Guadalquivir. Tendo-se identificado nas mesmas unidades diversos almofarizes importados, com as mesmas pastas. Está representado por 17 bocais, 12 asas, 4 fragmentos de colo e 6 fundos. Encontra-se particularmente bem atestado por bocais escalonados com ressalto interno correspondendo à variante 3 desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: Fig. 31) (ver Fig. 12, n.º 1 a 11). Os outros bocais são de mais complexo enquadramento, ainda que possam associar-se à variante 1, evidenciando diâmetros menores, com lábios quadrangulares engrossados e planos na parte superior (ver Fig. 12, n.º 14 a 17). Identifica-se ainda com este grupo de fabrico dois fragmentos de colo (Fig. 12, n.º 18 e figura 13, n.º 23); uma asa (Fig. 13, n.º 24) e seis fundos com base elevada (Fig. 13, n.º 25 a 30).

Grupo 2

Caracteriza-se por pastas de matriz calcária, cozidas em modo A. Evidenciam textura fina, de aspeto poroso, e bem depuradas, sem inclusões visíveis a olho nu. Os elementos não plásticos são raros e bem distribuídos, compostos por quartzos de pequena dimensão, raras palhetas de micas negras e elementos ferruginosos. As suas tonalidades variando entre o amarelo claro (Muns. 2.5 Y 8/2) e o rosa (Muns. 7.5 YR 8/4).

Identifica-se este grupo de fabrico como da costa da Bética, provavelmente da baía Gaditana. Está menos documentado, tendo-se inventariado 4 bocais, 2 asas, 1 fragmento de colo e 2 fundos. As ânforas do Tipo *Urceus* que identificamos com este fabrico, apresentam curiosamente outra morfologia, remetendo para variante 2a e 2b desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: Fig. 31). O exemplar melhor preservado preserva o bocal completo, evidenciando lábio de tendência côncava, marcada por profundas caneluras, colo estrangulado e asas com depressão longitudinal (Fig. 13, n.º 19). Este exemplar, assim como outros dois outros bocais exumados no Ambiente 41, podem-se incluir na variante 2a deste

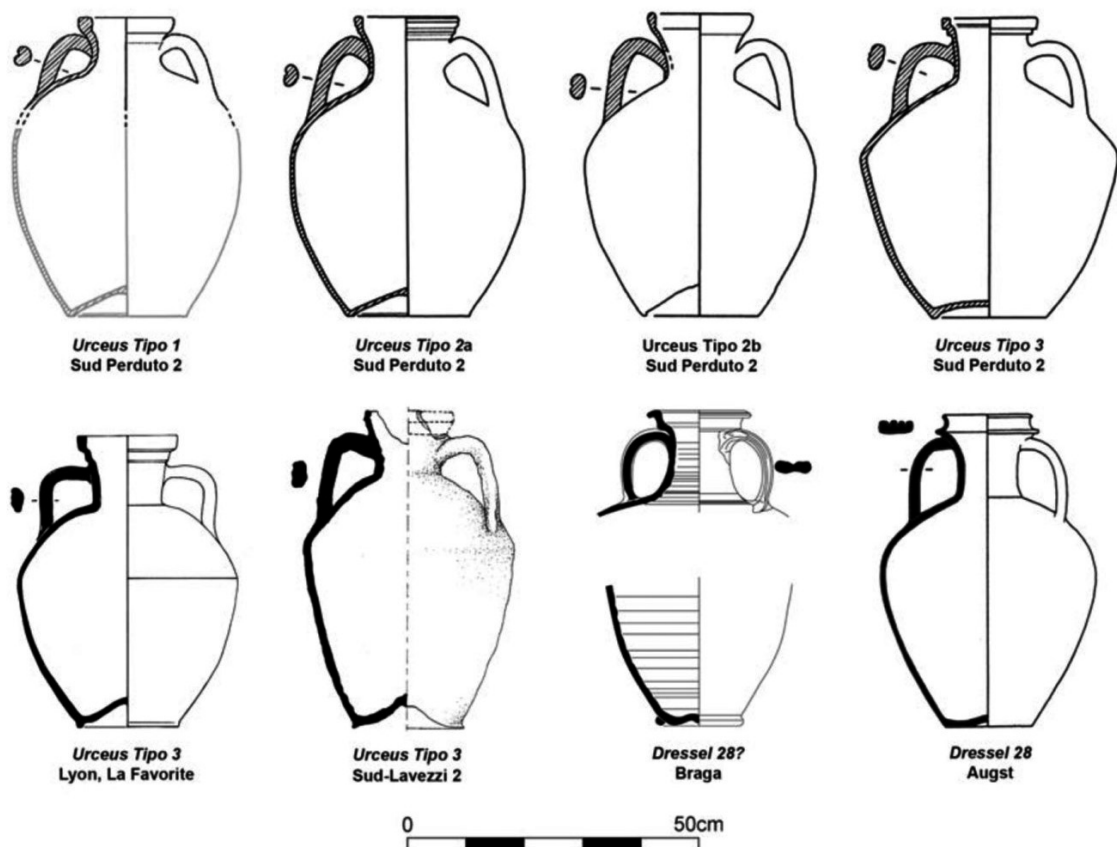


FIG. 11 Exemplos completos de *Urcei* e dos posteriores contentores Dressel 28, segundo García Vargas *et al.* 2011: Fig. 31.

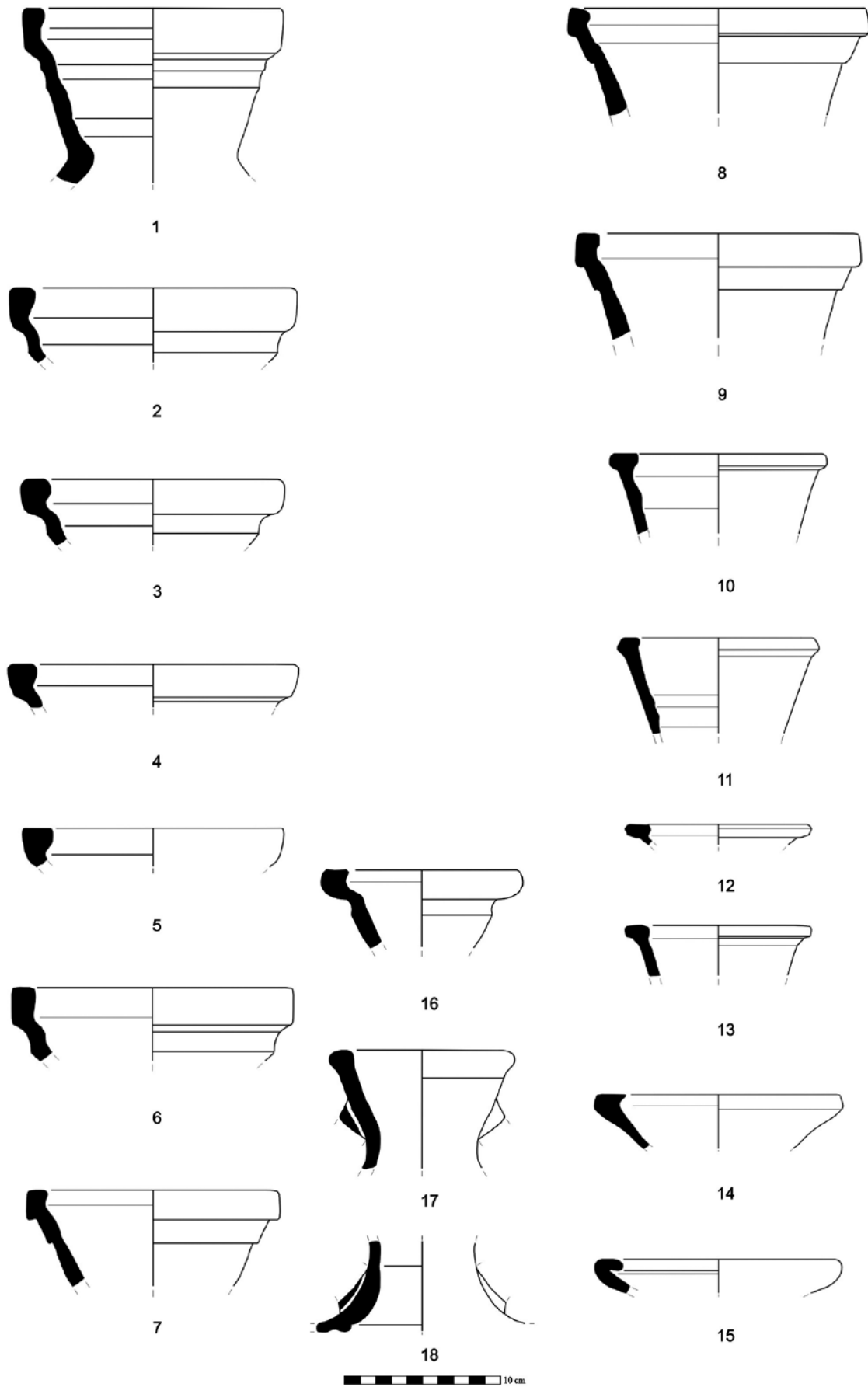


FIG. 12 Ânforas do tipo *Urceus* béticas recolhidas em Monte dos Castelinhos.

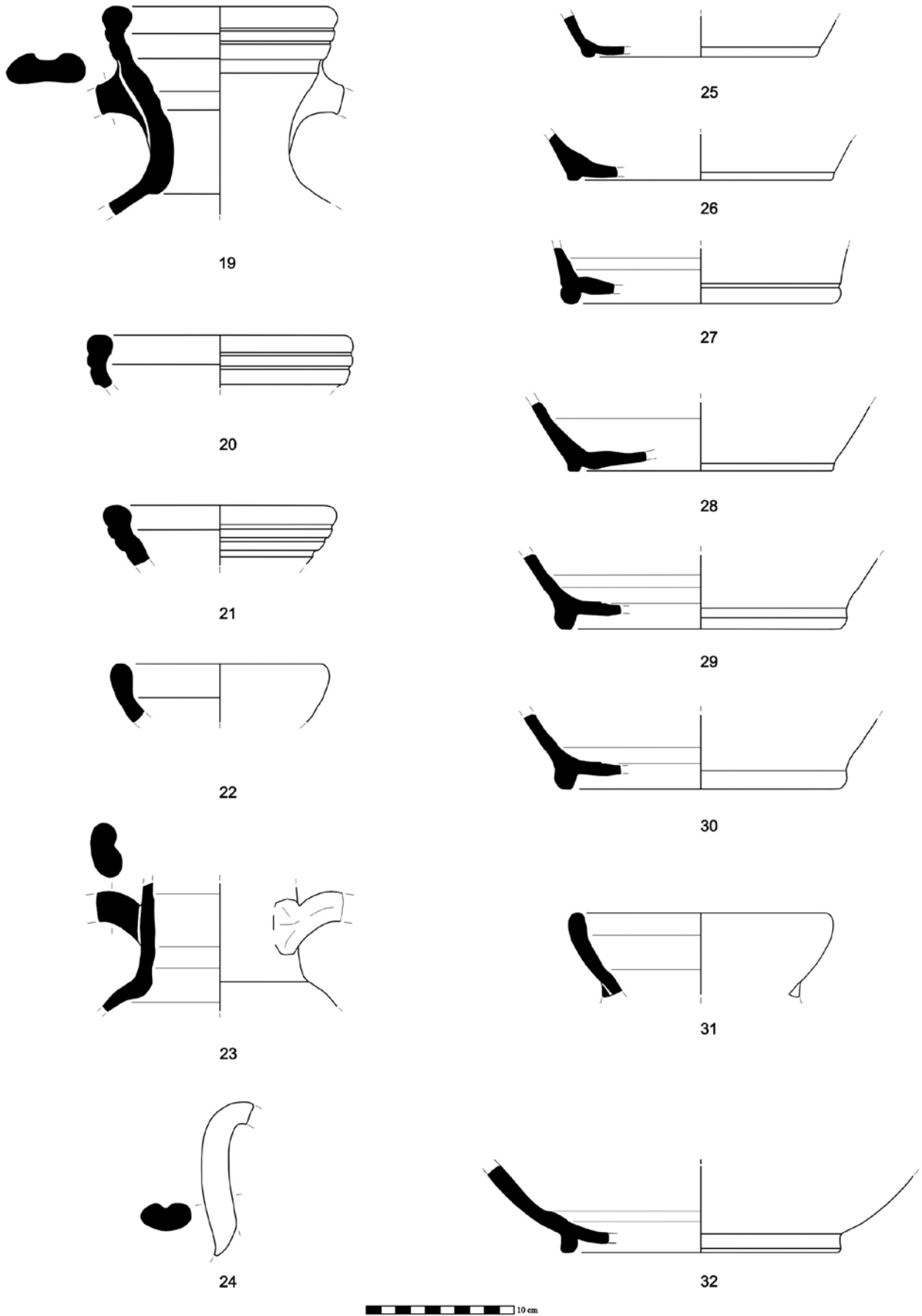


FIG. 13 Ânforas do tipo *Urceus* béticas, n.º 19 a 30 e ânforas do tipo *Urceus* Lusitanas, n.º 31 e 32.

tipo de ânforas. O exemplar que apresentamos como n.º 22 da figura 13, apresenta-se de mais complexo enquadramento, ainda que seja possível a sua inclusão na variante 2b desta morfologia.

Do ponto de vista de enquadramento do conjunto na estratigrafia do sítio, à exceção do fragmento de bordo MC 11873 (Fig. 12, n.º 10) a totalidade do conjunto insere-se nos níveis associados à fase 4 encontrando-se particularmente bem representada nos níveis de aterro de regularização da rua Ambiente 40 U.E.s [405] e [442].

3.2. Ânforas Tipo *Urceus lusitanas*?

Nos últimos anos foram detetados em diversas intervenções do casco antigo da cidade de Lisboa, alguns elementos de bocais e fundos de ânfora Lusitanos de difícil classificação (Filipe 2019: 364-367). Tendo em conta as características morfológicas dos elementos recolhidos, foi proposto por Victor Filipe, a provável existência de uma produção Lusitana nos vale do Tejo ou do Sado de ânforas de fundo plano do tipo *Urceus* (Filipe 2021: 6). Tendo em conta os bocais documentados, estas ânforas parecem remeter para a variante 2a e 2b desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros: Fig. 31), apresentando bocais côncavos com ligeiro espessamento interno.

Os dados da estratigrafia de Castelinhos, vêm aduzir nova sustentação a esta proposta, de facto, identificou-se um bocal com arranque de asa e um fundo que podem ser associados a estas produções do tipo *Urceus* Lusitanas devidamente enquadrados na estratigrafia do sítio (Fig. 13, n.º 31 e 32). O bordo MC 8048 foi recolhido sob o pavimento em lajes do Ambiente 46, correspondendo à fase 3 do sítio datada do Principado de Augusto. O fundo de pé elevado em anel MC 11522, foi recolhido associado ao primeiro nível de aterro UE.442 da remodelação da rua Ambiente 40, encontrando-se assim já associado a uma cronologia augustana tardia ou já tiberiana.

4. COMENTÁRIO FINAL

Um dos grupos cerâmicos mais representativos nos níveis estratigráficos associados às fases de urbanismos do Principado é sem dúvida o das ânforas, atestando o cariz portuário e a capacidade aquisitiva do

núcleo de Monte dos Castelinhos: estão representados 1106 fragmentos classificáveis, equivalendo a um NMI de 506. Não tendo este trabalho o propósito de desenvolver aprofundadamente o extenso conjunto de dados recuperados, importa ainda assim reter, por questões de contextualização, as linhas gerais da dinâmica comercial do sítio.

Dominam de forma esmagadora, os contentores da vizinha província da Bética (79,5%), repartidos por ânforas do vale do Guadalquivir (67,6%) e da costa Sudoeste (12,6%). Entre os primeiros, predomina a forma de ânfora vinária Haltern 70, com perfis de lábio que em função das recentes propostas de evolução tipológica desta forma, permitem genericamente considerá-los como “augustano-tiberianos” (Carreras Monfort 2003; Berni Millet 2011; Carreras Monfort - Berni Millet 2016). Seguidos dos contentores oleícolas da forma Oberaden 83/Ovóide 7 e dos primeiros modelos de ânforas da forma Dressel 20 (para uma discussão e revisão do estado da arte relativo às ânforas Oberaden 83 e sua substituição progressiva pelos primeiros modelos de ânfora Dressel 20 ver Berni Millet 1998; García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011; González Cesteros – Almeida 2017). As importações da área costeira da Bética encontram-se parcamente atestados (160 fragmentos equivalendo a 64 NMI e a 12,6% da amostragem. Destacando-se o grupo das ânforas piscícolas do heterógeno Tipo Dressel 7/11. As evidentes afinidades formais entre a Forma 7 a 11 da tabela de Dressel e a grande diversidade ao nível do perfil de bordos dificultam em muito a sua correta classificação, quando nos deparamos, como é o caso, com materiais muito fragmentados (García Vargas González Cesteros – Almeida 2019). A cronologia de fabrico destes envases situa-se genericamente entre o último terço do século I a.C. e os finais do século I / inícios do século II d.C. (García Vargas 1998: 76 a 92).

O estudo do conjunto de importações Béticas e de produções regionais de ânforas de fundo plano de tipo *Urceus* insere-se assim no plano de investigação deste vasto conjunto de informação em torno dos conjuntos cerâmicos associados às duas fases urbanísticas de Castelinhos. A sua análise vem reforçar a relevância deste espaço durante o Principado com evidente capacidade económica, aproximando-se do ritmo de importações de cariz urbano que reconhecemos para o vale do Tejo, como são os casos de *Scallabis*

a montante (Almeida 2008) e *Olisipo* a jusante (Filipe 2019).

O conjunto de ânforas do Tipo *Urceus* importadas da província da *Baetica* que aqui apresentamos é uma amostragem considerável. A sua análise macroscópica permite distinguir duas proveniências distintas assim como atestar diversos modelos morfológicos destes contentores. Identificaram-se 21 fragmentos de bordo, 14 asas, 5 fragmentos de colo e 8 fundos, totalizando 48 fragmentos classificáveis o que representa 4,3% do total da amostragem, tendo em conta o número de fragmentos de ânforas, e um NMI de 21 o que equivale a 4,2% do total das ânforas recolhidas nestes níveis tendo em conta a análise por NMI.

A presença de ânforas Lusitanas encontra-se atestada por produções da área do Vale do Tejo/Sado (17,8%) e por dois fragmentos de bocal correspondo a produções da zona de Peniche (0,4%). Em relação ao primeiro grupo, identificam-se elementos de bocais moldurados, colos, asas e fundos correspondendo a morfologias ovóides, atestando assim as primeiras fases das olarias Lusitanas (Morais – Fabião 2007; Morais – Filipe 2016; Almeida – Fabião 2019). Recentemente, tivemos oportunidade de apresentar que estas produções encontram-se bem atestadas no Monte dos Castelinhos em contextos da segunda metade do século I a.C. (Pimenta 2017). A produção oleira na costa atlântica na península de Peniche, tem nos últimos anos sido alvo de um *floruit* de conhecimento, tendo permitido o reconhecimento da sua presença e o mapear de uma precoce e ampla dispersão destas ânforas e dos seus conteúdos dentro e fora da Lusitânia (Cardoso – Rodrigues – Sepúlveda 2006; Cardoso *et al.* 2016; 2017), alcançando mesmo a capital *Augusta Emerita* (Bernal Casasola – Bustamente Álvarez – Bejarano Osorio 2017). Os dois fragmentos de bocal com pastas

adstritas a esta proveniência, foram identificados em níveis de abandono do conjunto urbanístico da área de Sondagem n.º 8, podendo ser classificados como do Tipo Peniche 4, com uma produção datada do período de Augusto / Tibério (Cardoso *et al.* 2016: 11-12).

A possibilidade da existência de uma produção de ânforas de fundo plano do Tipo *Urceus* no extremo ocidente peninsular é tentadora e parece começar a consolidar-se, porém temos que matizar que não é conclusiva e que teremos que alargar o espectro e amostragens disponíveis. O pequeno conjunto de Monte dos Castelinhos é apenas mais um dado para essa proposta.

A problemática da importação de produtos alimentares provenientes da província da Bética não se esgota no estudo das ânforas (Morais 2017: 334). De facto, nos últimos anos tem vindo a ser valorizado o campo das cerâmicas comuns, nomeadamente as importadas que atestadamente circularam entre províncias, existindo a hipótese de alguns destes recipientes, não terem circulado vazios. Um bom exemplo são os dados das escavações subaquáticas do navio romano Arles Rhône 3, em que se atestou que algumas formas de cerâmica comum bética foram utilizadas como contentor, tendo mesmo algumas delas *tituli picti* (Djaoui 2014; 2016). Essa premissa foi efetivamente levantada no estudo que desenvolvemos dos conjuntos de cerâmica comum da *Ulterior/Baetica* identificada nos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos. O peso significativo de um tipo particular de pequeno pote, levou a propor que este se possa destinar ao transporte de preparados piscícolas (Pimenta 2022). Esperamos que o aprofundar da investigação em torno dos conjuntos de cerâmica comum importada nestes contextos possa futuramente consubstanciar esta tese.

CATÁLOGO ÂNFORAS MONTE DOS CASTELINHOS, FORMAS ILUSTRADAS

EST.	N.º	N.º DE INV.	SOND.	ANO	AMB.	U.E.	FASE	TIPO	SUB-TIPO	GRUPO DE FABRICO	FRAG.	DIÂM. BORDO	ALT. BORDO	ALT. TOTAL
Fig. 12	1	8178	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	16,5 cm	2,8 cm	11,5 cm
Fig. 12	2	8305	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,7 cm	4,8 cm
Fig. 12	3	8132	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	17 cm	2,4 cm	4,2 cm
Fig. 12	4	8349	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,2 cm	2,8 cm
Fig. 12	5	8253	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	17 cm	2,3 cm	2,4 cm
Fig. 12	6	4926	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,4 cm	4,8 cm
Fig. 12	7	4899	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	16 cm	2 cm	6,2 cm
Fig. 12	8	11880	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	19 cm	1,8 cm	7 cm
Fig. 12	9	12390	8	2018	40	65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,3 cm	7,8 cm
Fig. 12	10	11873	8	2018	46	428	3	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	14 cm	1,2 cm	5,1 cm
Fig. 12	11	11527	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	13 cm	1 cm	6,2 cm
Fig. 12	12	4063	4	2014	10	5		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	12 cm	0,8 cm	1,4 cm
Fig. 12	13	4384	4	2015	11	5		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	12 cm	0,8 cm	3,2 cm
Fig. 12	14	2227	8	2017		65		<i>Urceus</i>	1	1	bordo	16 cm	1,5 cm	3,6 cm
Fig. 12	15	8254	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	15,5 cm	1,5 cm	2,2 cm
Fig. 12	16	5156	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	13 cm	2 cm	5 cm
Fig. 12	17	8303	8	2018	48	437	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	12 cm	1,2 cm	8 cm
Fig. 12	18	8158	8	2018	48	437		<i>Urceus</i>		1	colo e asa	7 cm		6 cm
Fig. 13	19	8321	8	2018	41	416	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo, colo e asa	15 cm	3,5 cm	14,2 cm
Fig. 13	20	5050	8	2018	44	399	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo	17 cm	3,3 cm	3,8 cm
Fig. 13	21	4952	8	2018	45	401	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo	15,5 cm	3 cm	4,2 cm
Fig. 13	22	5097	8	2018	40	365	4	<i>Urceus</i>	2b	2	Bordo	14,5 cm	4 cm	4 cm
Fig. 13	23	5122	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>		1	colo e asa	10,5 cm		8,5 cm
Fig. 13	24	8146	8	2018	40	365	4	<i>Urceus</i>		1	asa			10,3 cm
Fig. 13	25	11523	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	15,5 cm		2,8 cm
Fig. 13	26	11916	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	18 cm		3 cm
Fig. 13	27	11913	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19 cm		3,6 cm
Fig. 13	28	11897	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	18 cm		4,8 cm
Fig. 13	29	10768	8	2018	46	364	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19,5 cm		5 cm
Fig. 13	30	12391	8	2018	40	364	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19,5 cm		5 cm
Fig. 13	31	8048	8	2018	46	427	3	<i>Urceus</i>		Tejo/Sado	bordo com arranque de asa	17 cm	4,5 cm	5,5 cm
Fig. 13	32	11522	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		Tejo/Sado	fundo	19 cm		5,8 cm

Bibliografia

- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios* (Col·lecció Instrumenta 28). Barcelona.
- ALMEIDA, R. – FABIÃO, C. (2019) – The “early production” of Roman amphorae in *Ulterior/Lusitania*. State of play of a universe (still) under construction. In GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – SÁEZ ROMERO, A. (eds.) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13). Oxford: 175-190.
- ALMEIDA, R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2017) – Las ánforas lusitanas en los orígenes del mundo romano septentrional. In CARRERAS MONFORT, C. – BERG, J. van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan period to AD 69/70* (Archaeopress Roman Archaeology 20). Oxford: 87-91.
- BERNAL CASASOLA, D. – LAVADO FLORIDO, M.L. (2011) – Primeras ánforas tipo urceus en la Bahía de Cádiz. *Boletín Ex Officina Hispana*, 3: 10-11.
- BERNAL CASASOLA, D. – BUSTAMENTE ÁLVAREZ, M. – BEJARANO OSORIO, A. (2017) – L. ARVENIVS RVSTICVS en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Un ánfora de Peniche en el interior de Lusitania. *Boletín Ex Officina Hispana*, 8: 53-55
- BERNARD, H. (2008) – Nouvelles épaves hispaniques de Corse: Sud Perduto 2 (Bonifacio) et Marina di Fiori (Porto Vecchio). In PÉREZ BALLESTER, J. – PASCUAL BERLANGA, G. (eds.), *Comercio, Redistribución y Fondaderos. La navegación a vela en el Mediterráneo. V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática*: Valencia: 461-471.
- BERNI MILLET, P. (1998) – Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana. Col. Leció Instrumenta 4, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2011) – “Tipología de la Haltern 70 bética”, *Ánforas romanas de Lugo (comercio romano en los Finisterrae)*. Trabajos de Arqueología 3: 80-107.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a proto-história e a época romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, 7-9 Maio 2004)* (Setúbal Arqueológica 13). Setúbal: 253-278.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. – RIBEIRO, I. (2016) – Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In PINTO, I. V. – ALMEIDA, R. R. DE – MARTIN, A. (eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10). Oxford: 3-17.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. – RIBEIRO, I. (2017) – A olaria romana do Morraçal da Ajuda: estruturas de produção. In FABIÃO, C. – RAPOSO, J. – GUERRA, A. – SILVA, F. (eds.) – *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)* Lisboa/ Seixal: 49-88.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – “Haltern 70: a review”, *Amphorae in Britain and the western Empire*. *Journal of Roman Pottery Studies* 10: 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) – “Haltern 70 (Valle del Guadalquivir)”, *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>), 08 julio, 2016 (Consulta 30-XI-2017).
- CONEJO DELGADO, N. – PIMENTA, J. (no prelo) – Circulación de moneda en Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Lisboa, Portugal): datos para la monetización de Lusitania. *SPAL*.
- DJAQUI, D. (2014) – Découverte d’un pot mentionnant la société des DD *Caecilii* dans un context portuaire entre 50-140 apr. J.-C. (decouverte subaquatique à Arles, Bouches-du-Rhône, France). In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*, vol. 2 Braga: 161-178.
- DJAQUI, D. (2016) – Les céramiques hispaniques du dépotier portuaire d’Arles-Rhône 3 (50-140 apr. J.-C.). Fouilles subaquatiques à Arles (Bouches-du-Rhône, France). In JÁRREGA, R. – BERNI MILLET, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana III). Tarragona, 962-975.
- ETTLINGER, E. – HEDINGER, B. – HOFFMANN, B. – KENRICK, P. – PUCCI, G. – ROTHUBI, K. – SCHNEIDER, G. – SHNURBEIN, S.V. – WELLS, C.M. – ZABEHLICKY-SCHIFFWEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bona.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FILIFE, V. (2015) – *As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006*. *SPAL*, 24: 129-163.
- FILIFE, V. (2019) – *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FILIFE, V. (2021) – Las ánforas vinarias alto-imperiales de Lusitania: estado de la cuestión. *Lucentum*, XL: 197-214
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. - IV D.C.)*. Écija.
- GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL*, 20: 185-283.
- GARCÍA VARGAS, E. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – ALMEIDA, R. R. (2019) – Ovoid amphorae as the first Roman provincial repertoire in *Hispania Ulterior* (the Guadalquivir valley). In GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – SÁEZ ROMERO, A. (eds.) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Oxford: 62-111.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H. – ALMEIDA, R. R. de (2017) – Chapter 3. Amphorae from the West: Hispania (Spain and Portugal) – A. Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el Kops Plateau de Nimega. In CARRERAS MONFORT, C. – BERG, J. van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan period to AD 69/70* (Archaeopress Roman Archaeology 20). Oxford: 47-60.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta: contribuição para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial* (Bracara Augusta, Escavações arqueológicas 2). Braga.
- MORAIS, R. (2007) – *Ânforas tipo Urceus de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular*. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005 (B.A.R., International Series 1686). Oxford: 401-415.

- MORAIS, R. (2008) – Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo *Urceus*. *SPAL*, 17: 267-280.
- MORAIS, R. (2010) – Ânforas. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. C. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002 (Studia Lusitana 5)*. Mérida, 181-218.
- MORAIS, R. (2013) – Um naufrágio bético, datado de época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga, 309-333.
- MORAIS, R. (2016) – *Urceus* (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/urceus-guadalquivir-valley>). (Consulta 12-03-2017).
- MORAIS, R. (2017) – Las ânforas altoimperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. – MORILLO, A. – ZARZALEJOS, M. (eds.) – *Manual de cerámica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares/ Madrid: 311-380.
- MORAIS, R. – FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidad de Cádiz, noviembre de 2005* (B.A.R., International Series 1686). Oxford: 127-133.
- MORAIS, R. – FILIPE, V. (2016) – Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>). (Consulta 12-03-2017).
- OLIVEIRA, C. – KUZNIARSK-BIERNACHA, I. – PARPOT, P. – NEVES, I. C. – FONSECA, A. M. – MORAIS, R. (2013) – Análise química de resíduos orgânicos de ânforas do naufrágio bético de Esposende. In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: 263-281.
- OLIVEIRA, C. – MORAIS, R. – ARAÚJO, A. (2015) – Application of gas chromatography coupled with mass spectrometry to the analysis of ceramic containers of Roman Period. Evidence from the peninsular northwest. In OLIVEIRA, C. – MORAIS, R. – MORILLO CERDÁN, A. (eds.) – *ArchaeoAnalytics. Chromatography and DNA analysis in archaeology*. Esposende: 193-212.
- OXÉ, A. – COMFORT, H. – KENRICK, Ph. (2000) – *Corpus Vasorum Aretinorum*: Bona.
- PARREIRA, R. (1990) – Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural*, 4: 77-91.
- PEREIRA, C. – PIMENTA, J. – MENDES, H. (2021) – As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Oppidum*, 17: 117-148.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – Hipólito Cabaço. *Arqueologia e História*, 9.ª Série (2): 7-27.
- PIMENTA, J. (2017) – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C. – RAPOSO, J. – GUERRA, A. – SILVA, F. (eds.) – *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)* Lisboa/ Seixal: 195-205.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/ Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PIMENTA, J. (no prelo) – As ânforas da *Ulterior*/Bética do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal. *Congresso Internacional de Arqueologia Ex Baetica Amphorae II*. Universidade de Sevilha.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*. In PIMENTA, J. (coord.) – *De Olisipo a Ierabriga. A rede viária romana no vale do Tejo* (Cira Arqueologia 1). Vila Franca de Xira: 41-64.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R. – MAYORAL HERRERA, V. – ROQUE, C. (eds.) – *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Periodo Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Anejos de AEspA LXX). Madrid: 125-142.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia*, 6: 127-178.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2019) – De *Olisipo* a *Scallabis*. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de *Ierabriga*. In CARDOSO, G. – NOZES, C. (coord.) – *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: 42-53.
- PIMENTA, J. a – MENDES, H. (2021) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Uma Fundação romana republicana *Ex Novo* no Baixo Tejo. In PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, Á. – FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Lisboa: 293-306.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (no prelo) – O fâcias de destruição do povoado de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um episódio de conflito militar no extremo ocidente, da província da *Ulterior*. In Congresso Internacional “*Cultura material romana en la Hispania Republicana: contextos privilegiados y estado de la cuestión*” (22 a 24 de Abril, Lezuza – Albacete – Espanha).
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – NORTON, J. (2008) – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. *Al-madan*, II Série (16): 26-37.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70: 91-100.
- SILVA, R. B. (2012) – As “*marcas de oleiro*” na terra *sigillata* e a circulação dos vasos na Península de Lisboa. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Inédita.
- SILVA, R. B. (2018) – O “fâcias” cerâmico de *Olisipo* (Lisboa) no período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. V. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (eds.) *Estudios para la configuración de las fâcias cerâmicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica* (Archaeopress. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 11). Oxford: 3-31.

POLÍTICA EDITORIAL

Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.orkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

Política de preservação de arquivos digitais

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Política de acesso aberto

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Objectives

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Periodicity

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

Journal sections

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

Peer review process

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

Publication ethics

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

1) RESPONSIBILITY:

Ophiussa through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

2) SCIENTIFIC FRAUD

Ophiussa will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

Digital file preservation policy

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Open access policy

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads & tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3rd millennium BC</i> ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zoosfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum de Italica</i> . Campaña arqueológica 2016/2017 SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247